



PARECER PRÉVIO Nº 8/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11850/2016.

Apensos: Processo nº 11882/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Amaturá.

4- Exercício: 2015.

5- Responsável: João Braga Dias (Prefeito Municipal)

6- Advogado: Renata Andréa Cabral Pestana Vieira - OAB/AM 3149.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 5156/2018-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Amaturá. Exercício de 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das Contas do **Sr. João Braga Dias**, relativas ao exercício financeiro de 2015, tendo em vista a configuração de irregularidades insanáveis, resultado de atos dolosos que caracterizam improbidade administrativa, tal como constante na fundamentação *supra*;

10.2. Oficiar o Câmara Municipal de Amaturá para que cumpra o disposto no art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, especialmente quanto ao prazo de sessenta dias para o julgamento das Contas do Prefeito, contados da publicação no DOE do presente Parecer Prévio;

11- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 27 de Fevereiro de 2019



PARECER PRÉVIO Nº 8/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 8/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 8/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11850/2016.

Apensos: Processo nº 11882/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Amaturá

4- Exercício: 2015

5- Responsável: João Braga Dias (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Renata Andréa Cabral Pestana Vieira - OAB/AM 3149

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 5156/2018-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Amaturá. Exercício de 2015.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar Irregular a Prestação de Contas do **Sr. João Braga Dias**, Prefeito do Município de Amaturá, referente ao exercício financeiro de 2015, conforme o art. 22, inciso III, alínea “b”, “c” c/c art. 25, da Lei nº 2.423/96-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;

10.2. Considerar em Alcance o **Sr. João Braga Dias**, no valor de **R\$ 419.960,25**, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Amaturá e, **solidariamente**, as empresas NORTETEC CONSTRUÇÕES LTDA-ME – CNPJ: 10.833.608/0001-50 e PRAIA CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-EPP – CNPJ: 12.368.637/0001-14, corrigidos, com fulcro no artigo 304, III, da Resolução nº 04/2002 - Regimento Interno do TCE, devido às restrições que seguem:

10.2.1. Contratação de pessoa jurídica para a execução de obras e serviços de engenharia de construção de 01(uma) escola de madeira e alvenaria com 02 (duas) salas, na comunidade de São José das Candeias, no Termo de Contrato nº 24/2015, no valor de **R\$ 92.123,58, sob responsabilidade da empresa PRAIA**



ACÓRDÃO Nº 8/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 8/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

**CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE
CONSTRUÇÃO LTDA-EPP – CNPJ: 12.368.637/0001- 14;**

10.2.2. Construção e recuperação de pavimentação em concreto no Município, referente à Nota de Empenho nº 505, no valor **R\$ 327.836,67, sob responsabilidade da empresa NORTETEC CONSTRUÇÕES LTDA-ME – CNPJ: 10.833.608/0001-50;**

10.3. Aplicar Multa ao Sr. João Braga Dias:

10.3.1. No valor de **R\$ 20.000,00**, fundamentada no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 e no art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002 deste Tribunal (Regimento Interno), por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em decorrência das irregularidades descritas nos itens 18-20, 21-31, 32-34, 42-46, 53-55, 56-59 e 60, do Relatório/Voto;

10.3.2. No valor de **R\$ 10.000,00**, fundamentada no art. 54, III, da Lei nº 2.423/96 e no art. 308, V, da Resolução nº 04/2002 deste Tribunal (Regimento Interno), por ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, conforme itens 35-40, 47-51, do Relatório/Voto;

10.3.3. No valor de **R\$ 20.481,60**, fundamentada no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 e no art. 308, I, alínea “a” da Resolução nº 04/2002 deste Tribunal (Regimento Interno), por mês de competência, nos casos de inobservância de prazos legais, para remessa ao Tribunal, por meio informatizado ou documental, de balancetes, demonstrações contábeis e documentos referentes a receitas e despesas, conforme o item 11 do Relatório/Voto;

10.3.4. No valor de **R\$ 1.706,80**, fundamentada no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 e no art. 308, I, alínea “b” da Resolução nº 04/2002 deste Tribunal (Regimento Interno), pelo atraso injustificado na remessa do relatório resumido da execução orçamentária GEFIS, descritos nos itens 63, 64, 65 do Relatório/Voto;

Que deverão serem recolhidas, no prazo de 30 dias, para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de



ACÓRDÃO Nº 8/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 8/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.4. Determinar à Prefeitura Municipal de Amaturá:

10.4.1. Que atualize o registro analítico de todos os bens de caráter permanente, com identificação dos elementos necessários para perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração, infringência dos arts. 94/95 e 96 da Lei Federal nº 4.320/64;

10.4.2. Que cumpra o estabelecido na Lei nº 12.527/2011-Lei de acesso à informação quanto à implantação e manutenção dos Portais de Transparências e LC nº 131 de 2009 inerente ao art. 2º A Lei Complementar nº 101/ 2000, arts. 48-A, 73-A, 73-B e 73-C;

10.4.3. Que providencie a regularização das arrecadações do IPTU e das Taxas, obedecendo desta forma o art. 11 da Lei nº 101/2000 – LRF;

10.4.4. Que promova a regularização dos seguintes tópicos: a) Gerenciar as atividades relacionadas à gestão da dívida ativa tributária e não tributária; b) Evidenciar a inscrição e cobrança da Dívida Ativa Tributária e não Tributária no Município nos demonstrativos contábeis; c) Manter arquivado o relatório analítico contendo o total de créditos inscritos e o total de créditos prescritos, abrangendo todos os exercícios financeiros;

10.4.5. Que apresente em suas próximas Prestações de Contas Anuais: 1) O Plano Diretor Municipal (art. 182, parágrafo 1 da CF/88); 2) Planta Genérica de Valores (define a base de cálculo do IPTU) ou instrumento congêneres que sirva de base para a mensuração do valor do IPTU atualizada; 3) Cadastro imobiliário que contenha: número da inscrição, endereço, nome do contribuinte, CPF/CNPJ, bem como o respectivo valor que fora lançado no exercício fiscalizado; 4) Relatório que demonstre o potencial de arrecadação do município referente aos tributos: IPTU e ITBI no exercício fiscalizado; 5) apresentar normativo legal que regulamenta a inscrição de cobrança da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária;



ACÓRDÃO Nº 8/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 8/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.5. Determinar** à próxima comissão de Inspeção que dê especial atenção aos itens alvo de determinação à origem, visando verificar a ocorrência de reincidência;
- 10.6. Encaminhar ao Ministério Público do Estado do Amazonas**, as peças processuais necessárias à demonstração da necessidade de investigação e apuração de ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 22, da Lei nº 8.429/92, devendo esta providência ser adotada pela Secretaria do Tribunal Pleno, imediatamente após a publicação da Decisão que resultar deste processo, tendo em vista os prazos prescricionais previstos no art. 25, da referida Lei.
- 10.7. Notificar o Sr. João Braga Dias**, por meio do seu Advogado habilitado, com cópia do Relatório/Voto e o Acórdão, dando-lhe ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.
- 11- Ata:** 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 27 de Fevereiro de 2019
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral